



**Aprova o PPC do Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão Escolar.**

De acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, LEI 11.892/2008, o Presidente do COLEGIADO DO IFSC CAMPUS CRICIÚMA - CCC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 4º do Regulamento de Funcionamento do Colegiado deste Campus, RESOLUÇÃO Nº 052/2017/CCC, e de acordo com as competências no Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 54/2010/CS;

Considerando a Reunião Ordinária do Colegiado em 23/05/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar, conforme documento anexo.

Art. 2º - Autorizar o envio do PPC para análise do CEPE (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL COMIN DA SILVA

Presidente do Colegiado do Câmpus Criciúma



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CÂMPUS CRICIÚMA
Lato Sensu

Criciúma, março de 2024.

Sumário

1. DADOS DA IES	3
1.1 Nome da Instituição	3
1.2 Câmpus proponente	3
1.3. Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.	3
1.3.1. Coordenador (a) de Curso.	3
1.4 Resolução de aprovação no Câmpus.	4
1.5 Contextualização da IES	4
2. DADOS DO CURSO	7
2.1 Requisitos Legais	7
2.2 Parceria externa para a realização do curso	7
2.3 Dados para preenchimento do certificado	8
3. ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO	8
3.1 Justificativa da oferta do curso	8
3.2 Objetivos do curso	10
3.3 Contribuições para o egresso	10
3.4 Público alvo	11
3.5 Ingresso no curso	11
3.6 Desligamento do discente	11
3.7 Critérios de reingresso	11
4. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	12
4.1 Metodologia de Desenvolvimento Pedagógico do Curso	12
4.2 Atendimento ao Discente	14
4.3 Matriz Curricular	14
4.3.1 Componentes curriculares	15
4.4 Atividades complementares	31
4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem	32
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso	32
4.7 Atividades de EAD	34
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente	35
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica	35
5. CORPO DOCENTE E TUTORIAL	35
5.1 Corpo Docente Interno	35
5.2 Corpo Docente Externo	36
5.3 Colegiado do Curso	37
6. INFRAESTRUTURA FÍSICA	37
6.1 Instalações gerais e equipamentos	37
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampus (para cursos EAD)	37
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)	37
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais)	38
6.5 Biblioteca	38
7. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	38
8. AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO	38
9. ANEXO	39
10. REFERÊNCIAS	39

1. DADOS DA IES

1.1 Nome da Instituição:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Endereço: Rua 14 de Julho

Número: 150

Bairro: Coqueiros

Cidade: Florianópolis

Estado: SC

CEP: 88075-010

CNPJ: 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3877-9000

Ato legal: Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Reitor(a): Maurício Gariba Júnior

1.2 Câmpus proponente

Nome da mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina- Câmpus Criciúma

Endereço: Rodovia SC 443, nº 845, Km 1

Número:

Bairro: Vila Rica

Cidade: Criciúma

Estado: SC

CEP: 88813-600

CNPJ: 11.402.887/0009-18

Telefone(s): (48)3462- 5000

Ato legal: Portaria MEC nº 1366, republicado em 28/06/2011

Endereço WEB: <http://ifsc.edu.br/criciuma/>

Diretor(a) geral: Daniel Comin da Silva

1.3. Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.

Nome: Lucas Mondardo Cunico **Email:** lucas.cunico@ifsc.edu.br **Fone:** (48) 3462-5018

Nome: Edilene dos Santos Copetti **Email:** edilene.copetti@ifsc.edu.br **Fone:** (48) 3462-5018

Nome: Jéssica Costa Paes **Email:** jessica.paes@ifsc.edu.br **Fone:** (48) 3462-5018

1.3.1. Coordenador (a) de Curso.

Nome: Lucas Mondardo Cunico

Email: lucas.cunico@ifsc.edu.br

Portaria:

Telefone: (48) 3462-5018

Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2011), mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2013) e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina

(2021). Especialista em Docência para a Educação Profissional pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e possui o curso Técnico em Eletrônica pela Escola Técnica da SATC. É professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em Criciúma/SC, atuando no curso de Engenharia Mecatrônica e Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Mecatrônica.

1.4 Resolução de aprovação no Câmpus

Resolução CCC 07/2024

1.5 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. De acordo com a legislação de criação, uma das finalidades do IFSC é a formação em pós-graduação lato e stricto sensu. Para isso, a instituição atua em diferentes níveis e modalidades de ensino, oferecendo cursos de formação em nível de pós-graduação.

Ao longo dos anos, o IFSC passou por sucessivas e importantes mudanças estruturais, o que já lhe conferiu a denominação de Liceu Industrial de Florianópolis, em 1937; Escola Industrial de Florianópolis, em 1942; Escola Industrial Federal de Santa Catarina, em 1962; Escola Técnica Federal de Santa Catarina, em 1968, CEFET, em 2002. Com a transformação em CEFET suas atividades foram ampliadas e diversificadas, especialmente com a implantação de cursos de pós-graduação em nível de especialização e a realização de pesquisa e de extensão. Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei No 11.892, criaram-se os Institutos Federais. A comunidade do então CEFET-SC, em um processo democrático de escolha, decidiu pela transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Com essa nova institucionalidade, ampliaram-se as ações e o compromisso com a inclusão social. Investiu-se mais recursos financeiros, ampliou-se o quadro de pessoal, abriram-se novas oportunidades de acesso a programas de fomento à pesquisa, constituiu-se um novo plano de carreira para os servidores, a autonomia financeira e didático-pedagógica se fortaleceu e assegurou-se uma identidade para a Educação Profissional e Tecnológica.

O IFSC, atualmente, encontra-se distribuído em todas as regiões do Estado de Santa Catarina, constituindo-se em um sistema composto por 22 (vinte e dois) Câmpus, quais

sejam: Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Joinville, Araranguá, Chapecó, Florianópolis Continente, Lages, Canoinhas, São Miguel do Oeste, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Xanxerê, Urupema, Caçador, Jaraguá do Sul - RAU, Palhoça Bilíngue, Garopaba, São Carlos, São Lourenço do Oeste e Tubarão.

O Plano de Expansão II do IFSC definiu a instalação de mais um Câmpus no sul catarinense a fim de atender a região. Dessa forma, Criciúma tornou-se o centro deste novo estabelecimento de ensino profissional que visa a atender a uma população de aproximadamente 450 mil habitantes de Criciúma e região.

Os Institutos Federais estão organizados em Rede e foram planejados para apresentar uma estrutura verticalizada de oferta de educação profissional, compreendendo um espectro que se inicia nos cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), passando pelos cursos técnicos de nível médio, até alcançar os estudos em nível de graduação e pós-graduação. O IFSC, conforme previsto em sua lei de criação e também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deverá garantir o mínimo de: 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. A instituição possui a prerrogativa de atuar desde a educação básica até a educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

Paralelamente, cabe descrever a história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade São José ofereceu o primeiro Curso Básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET-SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente, o IFSC oferta cursos em 30 polos de apoio presencial em convênio com a UAB/CAPES, localizados em diferentes municípios de Santa Catarina. Dentre os cursos já oferecidos na modalidade Educação a Distância, estão:

- Especialização em Educação de Jovens e Adultos;
- Especialização em Ensino de Ciências;
- Especialização em Gestão em Saúde;

- Especialização em Gestão Pública;
- Especialização em Mídias na Educação;
- Superior de Tecnologia em Gestão Pública;
- Técnico Subsequente em Informática para Internet;
- Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional (Projeto SETEC-MEC – Parceria com o IFF);
- Especialização em Docência para a Educação Profissional;
- Especialização em Gestão Pública para a Educação Profissional; e
- Especialização em Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional.

O Câmpus Criciúma já ofertou três cursos de pós-graduação pelo Programa Universidade Aberta do Brasil: Especialização em Ensino Integrado de Filosofia, Sociologia, História e Geografia (duas turmas: uma em 2017 e a outra oferta em 2019), Especialização em Ensino de Ciências para os Anos Finais do Ensino Fundamental - Ciência é Dez, e a Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, com uma turma em 2023 e uma nova oferta prevista para agosto de 2024. O curso de Especialização em Gestão Escolar será a quarta oferta, resultado da parceria entre o IFSC/câmpus Criciúma e UAB.

O curso de Pós-graduação (Lato Sensu) Especialização em Gestão Escolar está sendo implementado pela Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação SEB/MEC, por meio da parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/UAB. O curso é voltado para a formação de gestores escolares, com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

O Projeto Pedagógico de Curso apresentado aqui é uma adaptação do PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA, que integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Esta adaptação visa incluir no PPC original os aspectos organizacionais do IFSC, como por exemplo, políticas de permanência e êxito.

2. DADOS DO CURSO

Nome do curso: Especialização em Gestão Escolar.
Modalidade: à distância.
Área: Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária: 390 h.
Periodicidade: Oferta única financiada parceria UAB/Capes
Período: 18 meses
Número de vagas: 150 (ofertado para 5 polos / 30 vagas para cada polo)
Horário e frequência das aulas: das 19h até 22h, 1 vez por semana

2.1 Requisitos Legais

Normas Nacionais:

Lei n. 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

Lei n. 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;

Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Resolução CNE/CES n. 01 de 06 de abril de 2018, alterada pela Resolução CNE/CES n. 4, de 11 de dezembro de 2018, e pela Resolução CNE/CES n. 4, de 16 de julho de 2021.

Documentos Institucionais:

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFSC 2015-2019;

Resolução CEPE/IFSC n. 45 de 12 de maio de 2022 – Aprovar as diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina.;

Resolução Consup n. 73, de 16 de dezembro de 2022 - Regulamenta os processos acadêmicos relativos ao funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC.

2.2 Parceria externa para a realização do curso

O curso de Especialização Gestão Escolar resulta de uma ação da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação SEB/MEC. No IFSC, o curso será ofertado

pelo Câmpus Criciúma, por meio e com fomento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Capes. Os encontros presenciais ocorrerão nos polos de apoio presencial da UAB nos municípios em que será realizada a oferta.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Ao final do Curso, cumpridos todos os requisitos de integralização, o aluno receberá um Certificado de Pós-Graduação, devidamente registrado pelo IFSC com validade nacional, com o título de “Especialização em Gestão Escolar”, conforme Resolução CNE/CES 01 de 06 de abril de 2018, alterada pela Resolução CNE/CES n. 4, de 11 de dezembro de 2018, e pela Resolução CNE/CES n. 4, de 16 de julho de 2021.

3. ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis

de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

Assim, a oferta do curso de pós-graduação em Gestão Escolar se justifica em razão da necessidade de formação e aperfeiçoamento de profissionais para um modelo participativo envolvendo a comunidade escolar nos desafios do cotidiano. Consagrado pelo princípio constitucional, a gestão democrática estabelece que a participação deve guiar toda a dimensão administrativa, pedagógica e de gestão financeira. Assim, as escolas precisam de profissionais que desenvolvam na prática essa concepção.

O Plano Municipal de Educação de Criciúma (2015-2024), em seu Relatório de Avaliação e Monitoramento, indica que o território educacional do município é composto por um universo de 181 instituições públicas e privadas, que atendem educação básica e as modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Ensino Profissional integrados ao ensino regular ou em instituições conveniadas. Dados de 2023 da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina revelam que, ao todo, o estado conta com mais de 520 mil estudantes distribuídos em 1053 escolas, somente da rede pública de ensino.

Desde 2013 a Secretaria de Estado da Educação (SED) fortalece a gestão democrática e os processos de participação da comunidade escolar e das instâncias colegiadas, instituindo a possibilidade da escolha do seu gestor por meio da análise de propostas de Plano de Gestão Escolar (PGE), apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de Diretor de Unidade Escolar.

O PGE explicita metas, objetivos e ações, que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência, a inclusão, o percurso formativo com êxito na aprendizagem, na perspectiva da formação integral do estudante da Educação Básica e Profissional. Além de representar ainda o compromisso da gestão com a comunidade escolar e com a SED. Durante a vigência do PGE, o gestor e a comunidade escolar participam de formações continuadas, estimulando o monitoramento de sua execução com base em diagnósticos e dos indicadores que a escola produz, o que justifica a necessidade de capacitação desses profissionais.

3.2 Objetivos do curso

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

3.3 Contribuições para o egresso

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes

competências:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

3.4 Público alvo

O curso se destina a profissionais graduados nas diversas áreas do conhecimento e que estejam atuando ou tenham interesse em atuar na gestão de instituições de ensino a fim de desenvolver competências na área de gestão escolar.

3.5 Ingresso no curso

Por se tratar de curso de Pós-Graduação, o requisito de ingresso, conforme o Artigo 44, alínea II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino”.

A seleção para ingresso acontecerá de acordo com o Edital de Ingresso, cujas vagas serão disponibilizadas por núcleos de Educação a Distância do IFSC ou polos de apoio presencial. A seleção será realizada por meio de sorteio e conforme critérios definidos em edital.

3.6 Desligamento do discente

Os critérios para desligamento discente estão destacados no Regimento Didático Pedagógico da instituição.

3.7 Critérios de reingresso

O reingresso se aplica aos estudantes que tiveram suas matrículas canceladas. Os

critérios de reingresso são definidos pela Resolução CEPE/IFSC nº 102, de 18 de outubro de 2018, conforme Art.12 desta resolução:

- As ações de reingresso no curso serão gerenciadas pela Coordenação do Curso.
- O reingresso não se aplica a cancelamento por transgressão disciplinar, por matrícula condicional e por cancelamento que ocorrer no primeiro período letivo.
- O deferimento do reingresso está condicionado à existência de vaga e à adaptação curricular necessária, quando for o caso.
- Em caso de reingresso o discente deverá realizar as adaptações curriculares necessárias indicadas pela Coordenadoria do Curso.

4. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia de Desenvolvimento Pedagógico do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

As atividades educativas do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

O curso será desenvolvido ao longo de três semestres letivos, na modalidade à distância e está organizado em dois módulos e no período de execução do TCC. O módulo básico propicia ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. No Módulo Específico, debatem-se os problemas e

as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

Módulo Básico:

- 1ª Etapa: O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural, constituída da presença de representantes das instituições parceiras, bem como especialistas convidados. Em seguida, o início do curso será determinado pela oferta da unidade curricular “Ambientação em Educação à Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA , que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao aluno, o domínio pleno da plataforma do AVA. Essa unidade curricular também deverá capacitar os tutores à distância, para que possam dar suporte aos alunos durante a oferta do curso.
- 2ª Etapa: Nesta etapa, serão ofertadas as duas unidades curriculares, de forma simultânea, a saber: “Política e Sociedade” e “Políticas Públicas”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as unidades curriculares: “Gestão Pública” e “Metodologia da Pesquisa”. Na sequência é ofertada a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Módulo Específico:

- 1ª Etapa: Nesta etapa, serão ofertadas as duas unidades curriculares, de forma simultânea, a saber: “Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação” e “Gestão de Pessoas na Escola”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as unidades curriculares: “Projeto Pedagógico na Gestão Escolar” e “Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação”. Ainda nessa etapa serão ministradas de forma simultânea as disciplinas de “Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino” e “Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola”.

Execução do TCC:

- Esta etapa compreende o período de tempo no qual os alunos deverão finalizar o

TCC sob a orientação do orientador.

4.2 Atendimento ao Discente

A condução de todo o curso compõe-se de um conjunto de profissionais da educação agindo em diferentes níveis e atividades para garantir a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida, incluindo o atendimento aos portadores de necessidades específicas, com apoio da Coordenadoria do Núcleo de Acessibilidade Educacional e demais coordenações. Alguns deles terão contato direto com os estudantes, a saber:

- Tutores: são profissionais que atenderão remotamente às demandas de coordenadores locais e de alunos, referentes às atividades letivas e de registro escolar, além de participar na correção das avaliações, conforme Plano de Ensino de cada unidade curricular;
- Coordenadores de polo: são os profissionais que terão contato permanente com os alunos, organizando os espaços físicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades presenciais nos polos, supervisionando-as.

4.3 Matriz Curricular

Unidade Curricular		Carga Horária (horas)
Módulo Básico		
01	Introdução à EAD	30
02	Política e Sociedade	30
03	Políticas Públicas	30
04	Gestão Pública	30
05	Metodologia da Pesquisa	30
06	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
-	Total de Horas do Módulo	180
Módulo Específico		
07	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
08	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
09	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
11	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
12	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30

-	Total de Horas do Módulo	210
Carga Horária sem TCC		360
Carga Horária Total		390

4.3.1 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Introdução à EAD	CH*: 30h	CH Laboratório*: 0h	CH EaD*: 30h	Semestre: 1
<p>Objetivos: Reconhecer os fundamentos da educação a distância; Identificar as ferramentas que compõem o processo ensino-aprendizagem em ambientes de aprendizagem; Reconhecer as interfaces que compõem um ambiente virtual de aprendizagem relacionando-as às suas funções; Compreender a importância da Educação à Distância no atual cenário político; Reconhecer as principais ferramentas de comunicação e de avaliação em ambientes virtuais.</p>				
<p>Conteúdos: Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.</p>				
<p>Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CERIGATTO, Mariana P., <i>et al.</i> Introdução à educação a distância. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026209/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca)</p> <p>LEMOS II, Dalton Luiz. Ambiente virtual de ensino-aprendizagem. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2016. E-book. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206323</p> <p>MACHADO, Dinamara P.; MORAES, Márcio Gilberto de S. Educação a distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522210/.(Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).</p>				
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CORREIA, Rosângela Aparecida R. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. Disponível em:</p>				

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123803/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MUNHOZ, Antonio S. **Projeto instrucional para ambientes virtuais**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125111/>.(Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

ROCHA, Maria do Carmo Suzart; RANGEL, Marcia Tereza Rebouças;SOUZA, Lanara Guimarães de. **Introdução a educação a distância**. Salvador: UFBA, Superintendência de Educação a Distância, 2017. E-book. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174995/5/eBook_Introducao_a_EaD_UFBA.pdf.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

(*) CH Laboratório – Entende-se por CH de laboratório todas as aulas práticas desenvolvidas em ambiente interno ou externo que necessitam de divisão de turma para o desenvolvimento da Unidade Curricular, preencher se houver.

(*) CH EaD – Carga horária EaD, se houver.

Unidade Curricular: Política e Sociedade	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*: 30h	Semestre: 1
Objetivos: Reconhecer as interações entre políticas, instituições e questões sociais; Desenvolver uma compreensão dos processos políticos e de como eles afetam e são afetados pelos diversos aspectos da sociedade.				
Conteúdos: Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.				
Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.				
Bibliografia Básica: PANOSSO, Carlos Eduardo. Política e sociedade . Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021. E-book. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642438 . TANSEY, Stephen D.; JACKSON, Nigel. Política coleção homem, cultura e sociedade . São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-02-63836-5/ . (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).				

VELOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber M. **Elementos de direito eleitoral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598810/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Bibliografia Complementar:

BAUER, Caroline S.; FREITAS, Eduardo P.; CORDEIRO, Jair S.; et al. **História do Brasil República**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901817/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. Coimbra, Portugal: Grupo Almedina, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724058146/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

SOUZA, Ana C. Machado de, et al. **Formação social, econômica e política do Brasil**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902982/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Unidade Curricular: Políticas Públicas	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:30h	Semestre:1
<p>Objetivos: Contextualizar historicamente a formação da administração pública no Brasil; Desenvolver os principais conceitos associados à relação entre Estado e sociedade no país e a administração pública; Despertar para o papel do gestor público na implementação de uma administração pública democrática.</p>				
<p>Conteúdos: Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.</p>				
<p>Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>				
<p>Bibliografia Básica: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1. E-book. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2914</p>				

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. E-book. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2915>

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014. E-book. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

GONÇALVES, Guilherme C., *et al.* **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MENDES, Gilmar F.; SILVA, Raphael Carvalho da; FILHO, João Trindade C. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218515/>. (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Unidade Curricular: Gestão Pública	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:30h	Semestre:1
Objetivos: Reconhecer os conceitos, fundamentos, e bases legais que dizem respeito à gestão em organizações públicas; Desenvolver algumas das competências e atitudes desejáveis e inovadoras para o perfil e atuação do gestor em organizações públicas;				
Conteúdos: Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, <i>accountability</i> e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.				
Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados				

previstos no calendário acadêmico.

Bibliografia Básica:

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2010. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152281/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da Administração Pública**: Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126699/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MENDONÇA, Patrícia Ferreira de. **Gestão pública**. Recife: UPE / NEAD, 2021. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719446>

Bibliografia Complementar:

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil**. Revista Do Serviço Público, Brasília, v. 73, p. 180-219, nov. 2022. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8723>

KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio F.; FERREIRA, Maria das G. **Gestão pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475131/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Unidade Curricular: Metodologia da Pesquisa	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:30h	Semestre:1
Objetivos: Conhecer os métodos e técnicas de pesquisa, bem como os elementos da metodologia científica para elaboração de trabalhos científicos; Compreender os tipos de citação e como elaborá-las conforme ABNT; Organizar, conforme normas da ABNT, as referências dos materiais utilizados.				
Conteúdos: Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).				

Metodologia de Abordagem:

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Bibliografia Básica:

BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. **Metodologia de pesquisa**. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021. E-bbok. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719459>

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Barueri: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013948/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499052/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Bibliografia Complementar:

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/> (Acesso

via Plataforma Minha Biblioteca).

Unidade Curricular: Trabalho de conclusão de curso - TCC	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:30h	Semestre:1
Objetivos: Correlacionar os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo do curso no desenvolvimento de um Projeto de Intervenção na Gestão Escolar, a fim de contribuir com a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas.				
Conteúdos: Planejamento da Pesquisa Científica. Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à gestão educacional. Execução de projeto. Elaboração de Artigo.				
Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.				
Bibliografia Básica: THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655553055/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca). VASCONCELOS FILHO, Oton de Albuquerque. Trabalho de conclusão de curso . Recife: UPE/NEAD, 2021. E-book. Disponível em http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719451				
Bibliografia Complementar: APPOLINÁRIO, Fabio; GIL, Isaac. Como escrever um texto científico . São Paulo: Editora Trevisan, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519493/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca). HOY, Wayne K.; MISKEL, Cecil G.; TARTER, C. J. Administração educacional: teoria, pesquisa e prática . Porto Alegre: AMGH, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554953/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca). MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas . São Paulo: Edições 70, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).				

Unidade Curricular: Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*: 30h	Semestre: 2
<p>Objetivos: Estudar o sistema educacional brasileiro, seus aspectos organizacionais, suas políticas e as variáveis intervenientes na gestão da Educação Básica; Analisar teórico-prática da LDB, aplicada à organização da Educação Básica em seus aspectos administrativos e pedagógicos, na perspectiva da transformação da realidade social, identificando alguns de seus problemas e a busca de alternativas de intervenção no cotidiano escolar, estabelecendo relações entre a legislação educacional vigente e a realidade vivenciada nas escolas; Compreender a unidade escolar como parte do complexo educacional ligado à rede e sistemas de ensino; Atuar de forma consciente com vistas ao fortalecimento dos processos de descentralização na educação e na escola, da autonomia da escola e do financiamento público da educação; Atuar na gestão da educação e da escola visando a efetivação do direito à educação básica com qualidade, por meio de práticas caracterizadas por transparência, trabalho coletivo, participação da comunidade escolar nas decisões pautadas na ética, crítica e criatividade; Implementar mecanismos e estratégias que favoreçam a realização da gestão democrática, em especial dos órgãos colegiados, dentre eles o Conselho Escolar, em função do Projeto Político-Pedagógico; Analisar o impacto dos recursos tangíveis e intangíveis existentes na escola nos processos de ensino-aprendizagem.</p>				
<p>Conteúdos: Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.</p>				
<p>Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>Editoria Jurídica da Editora Manole. Constituição Federal. 16 ed. Santana do Parnaíba: Editora Manole, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788520463352/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).</p> <p>HILSDORF, Maria Lucia S. História da educação brasileira. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2003. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788522114023/ (Acesso via Plataforma Minha</p>				

Biblioteca).

SILVA, Janaina Almeida da C. **Qualidade na Educação**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122462. Disponível em:
<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122462/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

BRASIL. **Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em:
[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116#:~:text=PL%208035%2F2010%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,2020%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Aprova%C3%A7%C3%A3o%20Plan%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,de%20Desenvolvimento%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116#:~:text=PL%208035%2F2010%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,2020%20e%20dá%20outras%20provid%C3%94ncias.&text=Aprova%C3%A7%C3%A3o%20Plan%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,de%20Desenvolvimento%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica)

PISA. **Assessment and Analytical Framework**. Paris, França: OECD Publishing, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>

PISA. **Matriz de letramento e leitura**: versão preliminar. 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf

Unidade Curricular: Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	CH*: 45h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:45h	Semestre:2
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o meio educacional no qual as escolas estão inseridas, tendo em vista a ética e os princípios democráticos; Compreender a unidade escolar como parte do complexo educacional ligado à rede e sistemas de ensino; Atuar de forma consciente com vistas ao fortalecimento dos processos de descentralização na educação e na escola, da autonomia da escola e do financiamento público da educação; Atuar na gestão da educação e da escola visando a efetivação do direito à educação básica com qualidade, por meio de práticas caracterizadas por transparência, trabalho coletivo, participação da comunidade escolar nas decisões pautadas na ética, crítica e criatividade; Aplicar os fundamentos de liderança, gestão curricular, gestão administrativa e gestão financeira na unidade escolar; Aplicar ferramentas tecnológicas no campo da organização dos processos de trabalho nos sistemas e unidades de ensino, entendendo tais recursos como importantes para realização da gestão democrática da educação.</p>				
<p>Conteúdos:</p> <p>Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.</p>				
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento Público. 19 ed. Barueri: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).</p> <p>LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524926013/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).</p>				
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COLOMBO, Sonia S. Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2007. E-book. ISBN 9788536312590. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536312590/ (Acesso via Plataforma Minha</p>				

Biblioteca).

MENDONCA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200007>

RODRIGUES, Luiz Alberto Ribeiro. **Gestão da Educação**. Recife: UPE/NEAD, 2021. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719456>

Unidade Curricular: Gestão de Pessoas na Escola	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:30h	Semestre:2
Objetivos: Auxiliar o gestor escolar a gerir o potencial humano da instituição em que atua, em consonância com a legislação educacional e trabalhista de forma ética, responsável, democrática e isonômica, com vistas a um melhor aproveitamento da capacidade e das habilidades dos integrantes das equipes de trabalho.				
Conteúdos: Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.				
Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.				
Bibliografia Básica: DUTRA, Joel S. Gestão de Pessoas em Empresas e Organizações Pública . São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788597020793/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca). FRANÇA, Ana Cristina L. Práticas de Recursos Humanos: conceitos, ferramentas e procedimentos . São Paulo: Atlas: Grupo GEN, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788522478507/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).				
Bibliografia Complementar: DEMO, Gisela. Políticas de gestão de pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788522470341/ (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).				

Biblioteca).

OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. **Gestão de pessoas no setor público**. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2016. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719659>

OLIVEIRA, Luciano O. de. **Gestão de pessoas aplicada ao setor público**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021211/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

SNELL, Scott A.; NORRIS, Shad S.; BOHLANDER, George W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128952/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Unidade Curricular: Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	CH*: 30h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:30h	Semestre:2
Objetivos: Auxiliar a equipe gestora na articulação e orientação dos profissionais da educação da instituição e dos diferentes segmentos da comunidade escolar para elaboração e implementação dos documentos que organizam o trabalho pedagógico e administrativo da escola, numa perspectiva coletiva; Identificar o Projeto Político-Pedagógico como documento norteador de todo o trabalho escolar; Reconhecer os princípios teóricos e legais que regem o Projeto Político-Pedagógico; Perceber sua importância como mediador e articulador da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico de forma coletiva; Identificar os principais passos para a escrita e reelaboração do Projeto Político-Pedagógico; Mediar as fragilidades e dificuldades durante a elaboração do Projeto Político-Pedagógico.				
Conteúdos: Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.				
Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.				
Bibliografia Básica:				

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000100005>

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.120, n. 2, p. 5-21, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/693/533/2294>

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/6122>

GUIMARÃES, Joelma. **Gestão educacional**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020610/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=412>

NOGUEIRA, Nilbo R. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**: Guia prático para construção participativa. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522326/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Bibliografia Complementar:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>

BRASIL. Decreto n. 5.790, de 25 de mai. de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Presidência da República**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5790.htm

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 4 de mai. de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Presidência da República**. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de mar. de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para

elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Presidência da República**. Brasília, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

BRASIL. Lei n. 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Presidência da República**. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm

BRASIL. Lei n. 10.933, de 11 de ago. de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Presidência da República**. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.933compilado.htm

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/72>.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Cortez, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555551778/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Unidade	Curricular:				
Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola		CH*: 45h	CH Laboratório*:0h	CH EaD*:45h	Semestre:2
Objetivos: Entender a definição de projeto e seus objetivos; e conhecer os principais elementos da fase inicial; Conhecer ações relacionadas aos processos iniciais: análises de cenário, análise de demanda e identificação dos elementos; Identificar as definições e a importância do escopo, da Estrutura Analítica de Projeto e da rede de responsabilidades; Conhecer a definição de estratégia e de gestão no contexto do gerenciamento de projetos; Conhecer os principais elementos e os mais comuns da fase de planejamento de um projeto típico;					
Conteúdos: Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais versus princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.					
Metodologia de Abordagem: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados					

previstos no calendário acadêmico.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131891/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

CARVALHO, Claudinê Jordão de. **Elaboração e Gestão de Projetos**. 3. ed. Brasília: CAPES/UAB, 2016. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719480>

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, mai-ago 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9645> Acesso em: 29 abr. 2024.

MENEZES, Luís César de M. **Gestão de Projetos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016321/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; NETO, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, mai./ago. 2019. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/11008> Acesso em: 29 abr. 2024.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, mai-ago 2016. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/download/937/674> Acesso em: 29 abr. 2024.

Bibliografia Complementar:

BRANCO, Renato Henrique F.; LEITE, Dinah Eluze S.; JUNIOR, Rubens V. **Gestão colaborativa de projetos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547207878/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MOSTAGI, Nicole Cerci. **Responsabilidade social e terceiro setor**. Recife: UPE / NEAD, 2021. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719697>

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. Disponível em: http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B0745D535-1C07-4765-BC04-C7B79D5C5167%7D_Uma%20proposta%20de%20tipologia%20de%20projetos%20educacionais.pdf

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano. **Métodos ágeis para desenvolvimento de software**. Porto Alegre: Bookman, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602089/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

SANTANA, Sabrina da Silva; GOMES, Roseli da Silva; BARBOSA, Joelma Sampaio. O papel do gestor na elaboração e execução do projeto político pedagógico numa visão democrática. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, v. 6 n. 11, p. 62-73, jul-dez 2012. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/434/189>

Unidade Curricular: Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	CH*: 45h	CH Laboratório*: 0h	CH EaD*: 45h	Semestre: 2
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------	----------------------------	---------------------	--------------------

Objetivos:

Reconhecer a responsabilidade do gestor escolar em relação à prestação de contas, quanto ao uso dos recursos públicos destinados à escola em que atua, bem como identificar as formas de prestação de contas dos recursos financeiros repassados.

Conteúdos:

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

Metodologia de Abordagem:

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela unidade curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Manual de processo administrativo disciplinar**. Brasília: CGU, 2022. Disponível em https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/68219/10/Manual_PAD%20_2022%20%281%29.pdf

CALASANS JR., José. **Manual da licitação**. Barueri: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770298/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

COUTO, Reinaldo. **Curso prático de processo administrativo disciplinar e sindicância**, 2 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485147/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

FILHO, Romeu Felipe B. **Processo administrativo disciplinar**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502189904/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Manual Prático de processo administrativo disciplinar**. Brasília: CGU, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44518>

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 37 ed. Barueri: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774265/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 36 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

EDITORIA JURÍDICA DA EDITORA MANOLE. **Constituição Federal**. 16 ed. Santana do Parnaíba: Editora Manole, 2024. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463352/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

OLIVO, Luis Carlos Cancelier de. **Direito administrativo**. 3 ed. Brasília: CAPES/UAB, 2015. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719533>

SOUSA, Cássio V S.; VALGOI, Gabriele; BARBOZA, Maytê R. T M.; et al. **Direito administrativo**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492830/> (Acesso via Plataforma Minha Biblioteca).

4.4 Atividades complementares

Em se tratando de Curso de Pós-Graduação, estão compreendidas como atividades complementares a esta formação:

- O incentivo aos discentes à participação em eventos técnicos e científicos pertinentes;
- Apresentação ou defesa de trabalhos científicos em eventos públicos;
- Disponibilização de material de referência complementar, preferencialmente na forma digital, além de uma bibliografia ampliada, para estudos posteriores.

4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações da Resolução CEPE/IFSC nº 48 de 12 de junho de 2018. Será exigida participação mínima de 75% (setenta e cinco por cento), nas atividades pedagógicas no Projeto Pedagógico do Curso para cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o perfil profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade. As avaliações de cada unidade curricular, podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 6 pontos, numa escala de zero a 10. A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Consiste na sistematização, registro e apresentação dos

conhecimentos adquiridos e produzidos na pós-graduação como resultado do trabalho de investigação científica.

Ele deve ser desenvolvido na modalidade artigo científico, construído de forma coesa e coerente, com a seguinte sugestão de estrutura: introdução, desenvolvimento (ou o título compatível com os conteúdos que compõem essa parte do texto), conclusão ou considerações finais e referências. Deve ter aproximadamente 15 páginas e deve seguir as normas do Manual de Comunicação Científica do IFSC. O documento contemplará os resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo aluno, individualmente, ao final das disciplinas obrigatórias do curso e acompanhado por um professor orientador, cujos resultados serão analisados e fundamentados teoricamente visando à compreensão da problemática abordada e suas possíveis soluções.

Durante o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, o discente deverá apresentar seu projeto de pesquisa ao docente do respectivo componente curricular para ser encaminhado a um professor orientador. Caso o discente não apresente o projeto de pesquisa conforme o que dispõe esse PPC de curso, não terá a carga horária do componente curricular concluída.

A partir da proposta de projeto apresentada na componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, o desenvolvimento do TCC será acompanhado por um professor orientador e, opcionalmente, por um professor coorientador. O mecanismo de planejamento, acompanhamento e execução é composto pelos seguintes itens:

- a) elaboração de um plano de atividades e de um projeto de pesquisa, aprovado pelo professor orientador;
- b) reuniões periódicas do aluno com o professor-orientador;
- c) elaboração do artigo científico pelo estudante; e
- d) avaliação e defesa pública do trabalho perante uma banca examinadora.

A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso ocorrerá perante uma Comissão Examinadora e com a participação de colegas de turma/polo. A Comissão Examinadora será indicada pelo Coordenador de Curso, sendo composta pelo professor orientador do TCC e por, no mínimo, mais dois participantes, que podem ser internos e externos. As defesas poderão acontecer virtualmente, isto é, por meio de plataforma virtual. Caso a defesa seja virtual, sugere-se que a mesma seja gravada.

Para estar habilitado a apresentar o TCC, o aluno deverá ter concluído todas as disciplinas do curso com aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis) e ter autorização do professor orientador para proceder à apresentação do trabalho. A apresentação deve

ocorrer no máximo em até 4 meses após o aluno ter concluído todas as disciplinas do curso. O discente deverá entregar uma cópia do trabalho (impressa ou digital, conforme solicitado pelos avaliadores) para cada integrante da banca examinadora no prazo entre 15 e 30 dias antes da data marcada para a apresentação.

Cabe ao professor orientador, presidir e lavrar a ata de defesa. A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: 1) Apresentação Oral (domínio do conteúdo, linguagem, comunicação oral, recursos utilizados e roteiro de apresentação); 2) Escrita (linguagem escrita, adequação às normas da ABNT); 3) Estrutura do TCC.

A conclusão do curso ficará condicionada à entrega do documento final do TCC, no prazo de até 1 mês após a defesa, com as devidas correções solicitadas mediante registro na ata de defesa pela banca. O documento final deve ser entregue em cópia digital, para ser disponibilizado no Repositório Institucional. Cabe ao aluno, após a entrega da cópia final do TCC, solicitar à secretaria a expedição de seu certificado. Por ser um curso com período de oferta única previamente definido, não está prevista prorrogação de prazo para realização da defesa e entrega do TCC.

4.7 Atividades de EAD

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Gestão Escolar, Capes/UAB e SEB/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela migração dos conteúdos das unidades curriculares que integram a matriz curricular da Especialização em Gestão Escolar. São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso Gestão Escolar, no âmbito da oferta Capes/UAB e SEB/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados. Os materiais didáticos e atividades estarão disponíveis em espaço virtual próprio no sistema moodle.ifsc.edu.br

As unidades curriculares são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (online) ou presenciais, no dia da semana e horário previsto no edital de ingresso. De acordo com o cronograma de atividades do curso, devem ocorrer quatro atividades presenciais ao longo do ano letivo. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos. As atividades avaliativas ocorrerão tanto presencialmente, quanto a distância no

Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

O aproveitamento de unidades curriculares poderá ocorrer para o reconhecimento de estudos realizados em outro curso de mesmo nível ou superior em que obteve êxito, no IFSC ou em outra instituição. O requerimento de solicitação de validação será formalizado pelo aluno à Coordenadoria de Curso, no prazo estipulado até o término do primeiro módulo. Os critérios para a aceitação da validação, seguem o estabelecido pela RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 73 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022, que regulamenta os processos acadêmicos dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

A realização de um curso de Pós-graduação Lato Sensu implica, obrigatoriamente, no envolvimento com atividades que promovam a integração entre ensino, pesquisa e extensão. No caso do curso descrito, essa integração está presente na própria concepção do curso, uma vez que o desenvolvimento do TCC envolve o planejamento e execução de pesquisa que diga respeito ao próprio contexto de inserção do profissional na gestão escolar, o que, por sua vez, tem também caráter de extensão.

A coordenação do curso e os coordenadores de pólo, bem como os professores, orientadores e tutores, incentivarão os discentes à socialização, em eventos científico-tecnológicos, dos resultados dos trabalhos apresentados às unidades curriculares e do trabalho de conclusão de curso, bem como à sua publicação nos diferentes meios (digitais e impressos) de divulgação científica.

5. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Corpo Docente Interno

Os professores formadores que atuarão no curso serão preferencialmente servidores do IFSC. Todos os docentes devem ter titulação mínima de mestre ou doutor. O corpo docente externo à Instituição não deve ultrapassar 50% do total de docentes do curso. Todos os docentes que atuarem no curso com recebimento de bolsa do Programa

Universidade Aberta do Brasil devem ser selecionados por edital elaborado de acordo com os critérios .

Unidade Curricular	Docente(s)	Carga Horária
Introdução à EAD	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Política e Sociedade	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Políticas Públicas	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Gestão Pública	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Metodologia da Pesquisa	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	45h
Gestão de Pessoas na Escola	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h
Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	45h
Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	Os professores da unidade curricular serão selecionados mediante edital específico.	30h

5.2 Corpo Docente Externo

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Gestão Escolar, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB.

O curso também contará com tutores para atendimento presencial e a distância aos professores e estudantes, compondo a equipe do curso.

5.3 Colegiado do Curso

O conjunto docente forma o Núcleo Docente Estruturante – NDE, para fins de implementação do PPC, integração de atividades, acompanhamento de alunos e compartilhamento de boas práticas educativas. As reuniões pedagógicas ordinárias são o espaço para estas atividades.

6. INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

O campus Criciúma disponibilizará espaço para coordenação do curso e equipe de tutoria, sala de webconferência e laboratório de informática compartilhados e reservados para os horários de atendimento do curso. A Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC) manterá o sistema moodle.ifsc.edu.br em funcionamento, assim como a infraestrutura de redes necessária para a realização de webconferências, com suporte local organizado pelo Núcleo de Educação a Distância do Câmpus Criciúma e pela equipe do curso.

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampus (para cursos EAD)

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Os polos presenciais serão: Criciúma, Itapema, Joinville, São José e Tubarão.

Como as atividades síncronas acontecerão por webconferência, os alunos poderão conectar-se de seus próprios computadores. Assim, sua presença nos polos será obrigatória somente quando forem previstas atividades presenciais. Todavia, os alunos poderão ir ao polo para utilizar a biblioteca, computadores e demais recursos que necessitarem a qualquer tempo.

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

As atividades de tutoria serão desenvolvidas pelos professores e tutores no Câmpus Criciúma e nos polos de apoio presencial do Sistema UAB.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais)

As aulas síncronas serão realizadas por webconferência. A equipe multidisciplinar fará a customização e implantação das salas de aulas virtuais no Moodle institucional. A Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC) manterá o sistema moodle.ifsc.edu.br em funcionamento, assim como a infraestrutura de redes necessária para a realização de webconferências, com suporte local organizado pelo Núcleo de Educação a Distância do Câmpus Criciúma e pela equipe do curso.

6.5 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Vale destacar que o acervo total do IFSC está à disposição dos alunos, seja no acervo físico ou virtual, por meio da biblioteca digital do IFSC.

Todavia, o material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Instituições participantes do programa.

7. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Coordenação do Curso promoverá reunião de avaliação, onde cada professor relatará suas atividades, desafios e avanços, além de problemas com alunos, bem como, com relação ao comprometimento na realização das atividades. Essas informações, além de contribuir para a avaliação dos alunos e seu desempenho, permitirá colher subsídios para a revisão do PPC do Curso.

Ao final do curso, a Coordenação providenciará formulário eletrônico de avaliação a ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso estas aconteçam.

8. AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

Orientação: citar os documentos que autorizam a oferta do curso (Resoluções CEPE e CONSUP, etc). Completar o preenchimento posterior à aprovação do Curso nas instâncias cabíveis.

9. ANEXO

Não se aplica.

10. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 4, de 11 de dezembro de 2018. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 17 abr. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 4, de 16 de julho de 2021 - Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9394/1996, e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=197911-rces004-

21&category_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Resolução n. 1, de 6 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação de Criciúma. Plano Municipal de Educação de Criciúma 2015 a 2024. Criciúma: PMC, 2015. 80 p. Disponível em:
<https://www.criciuma.sc.gov.br/site/files/PLANO-MUNICIPAL-DE-EDUCACAO-DE-CRICIUMA.pdf>
. Acesso em: 16 fev. 2024.